

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

DANIELE SANTETTI

**INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NA FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA:
um olhar para a graduação**

Porto Alegre - RS

Agosto/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

DANIELE SANTETTI

**INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NA FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA:
um olhar para a graduação**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Especialização apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Saúde Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Maurem Ramos

Porto Alegre - RS

Agosto/2018

CIP - Catalogação na Publicação

Santetti, Daniele
INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NA FORMAÇÃO DO
NUTRICIONISTA: um olhar para a graduação / Daniele
Santetti. -- 2018.
36 f.
Orientadora: Maurem Ramos.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Medicina, Curso de Especialização em Saúde
Pública, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Saúde Pública. 2. Formação em Saúde. 3.
Nutrição. I. Ramos, Maurem, orient. II. Título.

“Como nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar e, não, a unir os conhecimentos, o conjunto deles constitui um quebra-cabeças ininteligível”.

Edgar Morin

RESUMO

A integração ensino-serviço busca promover um fazer compartilhado e integrado entre os alunos de cursos de graduação, os docentes e trabalhadores dos serviços de saúde na comunidade. Na formação do profissional nutricionista as atividades que proporcionam a inserção do aluno na rede configuram-se como espaços potentes para fortalecimento da atuação profissional no âmbito do SUS. O objetivo do presente trabalho foi revisar a literatura no que se refere a ações promotoras de integração ensino-serviço durante a formação de alunos de graduação em Nutrição. Foi realizada uma revisão narrativa da literatura acerca da integração ensino e serviço nos cursos de graduação. Optou-se também por incluir dados pertinentes a temática disponíveis na chamada literatura cinzenta, através de relatos de experiência. Foram analisados artigos científicos, documentos governamentais e casos didáticos que discorrem sobre a necessidade de capacitação do docente e reestruturação curricular visando aproximar o saber teórico do trabalho em saúde na comunidade para qualificar a formação do profissional nutricionista para atuação junto ao SUS em equipes multiprofissionais. Ações de integração ensino-serviço parecem qualificar o processo de formação do profissional nutricionista para atuação em Saúde Pública. No entanto, é necessário maior fomento a este tipo de metodologia nos cursos de graduação do país.

Palavras-chave: Educação superior. Nutrição em saúde pública. Nutricionista. Capacitação profissional. Formação de recursos humanos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura do sistema educacional e de saúde integrados	9
--	---

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Eixos de transformação propostos pelo Pró-Saúde	12
Quadro 2. Experiências de integração ensino-serviço em cursos de graduação em Nutrição em território brasileiro	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
COAPES	Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IES	Instituições de Ensino Superior
LILACS	Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde
PET-saúde	Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
Pró-Saúde	Programa Nacional de Reorientação Profissional em Saúde
RedeNutri	Rede de Nutrição do Sistema Único de Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
VER-SUS	Estágios e Vivências na Realidade do Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	5
1.2 JUSTIFICATIVA	5
1.3 OBJETIVOS	6
1.3.1 Objetivo geral	6
1.3.2 Objetivos específicos	6
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	7
3 O ENSINO E SERVIÇO NAS GRADUAÇÕES EM SAÚDE NO BRASIL.....	8
3.1 CONCEITUAÇÃO E IMPLICAÇÕES DO ENSINO E SERVIÇO	8
3.2 ENSINO E SERVIÇO NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	10
3.3 PROGRAMAS QUE POSSIBILITAM A ARTICULAÇÃO ENSINO E SERVIÇO	11
3.3.1 PRÓ-SAÚDE	11
3.3.2 PET-SAÚDE.....	12
3.3.3 VER-SUS	13
4 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....	15
4.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA – SAÚDE COLETIVA....	16
5 EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NAS GRADUAÇÕES EM NUTRIÇÃO	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

1 INTRODUÇÃO

A formação superior de profissionais na área da saúde no Brasil deve ser pensada e problematizada pelos atores envolvidos neste processo, sendo estes alunos, docentes e também os trabalhadores da saúde e gestores. Refletir acerca desta temática permite reconfigurar, ou ainda, ressignificar a forma como a assistência em saúde é prestada, seja no âmbito público ou mesmo em contexto privado.

De acordo com Abrahão e Merhy (2014), o ensinar centrado puramente no saber científico acaba por produzir processos nos quais a realidade do usuário e suas demandas se tornem, por vezes, pouco relevantes ao trabalho proposto.

A integração ensino-serviço busca promover um fazer compartilhado e integrado entre os alunos de cursos de graduação, docentes e trabalhadores dos serviços de saúde em diferentes níveis de complexidade junto ao usuário (ALBUQUERQUE et al., 2008). Esta prática convoca a um novo modo de ensinar e aprender (FERREIRA, FROSTER e SANTOS, 2012). As relações que se estabelecem nestes espaços de prática possibilitam qualificar o cuidado ao usuário a partir da aproximação entre a universidade e os serviços de saúde.

Na perspectiva da formação do profissional nutricionista, principalmente pensando a atuação no campo da Saúde Pública, qualificar a integração ensino-serviço é de grande valia para o fortalecimento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) bem como do Sistema Único de Saúde (SUS) no país (BRASIL, 2013; BRASIL, 1990).

O presente trabalho teve como objetivo revisar a literatura no que se refere a ações promotoras de integração ensino-serviço durante a graduação em Nutrição.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Como a integração ensino-serviço se apresenta na formação do nutricionista durante a graduação?

1.2 JUSTIFICATIVA

Durante o processo formativo de profissionais de saúde, ações que visam a integração ensino-serviço devem contemplar o percurso acadêmico. A inserção de alunos de graduação nos serviços de saúde pode se dar através de disciplinas, práticas supervisionadas, estágios curriculares na rede, entre outros. Considera-se importante não descaracterizar a natureza dos espaços reais de trabalho (FEUERWERKER, 2002), mas sim convocar o aluno a participar da experiência de ensinar e aprender a partir da realidade, articulando de fato teoria e prática (ABRAHÃO e MERHY, 2014).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em Nutrição indicam que a formação do nutricionista deve contemplar o domínio social das necessidades de saúde visando o fortalecimento do SUS (BRASIL, 2001).

Portanto, justifica-se a escolha do tema devido à importância de promover a integração ensino-serviço na graduação visando o desenvolvimento de práticas no campo da Nutrição voltadas para o fortalecimento da atenção à saúde prestada no Brasil no âmbito do SUS.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Revisar a literatura acerca de ações de integração ensino-serviço durante a formação de alunos de graduação em Nutrição.

1.3.2 Objetivos específicos

a) Descrever as estratégias de integração ensino-serviço presentes nos cursos de graduação em saúde.

b) Analisar o processo de formação do nutricionista a partir de experiências de ensino em serviço disponíveis na literatura.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tratou-se de uma revisão narrativa da literatura. As buscas foram realizadas nas bases de dados PubMed, Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) sem recorte temporal. Nestas bases foram pesquisados estudos em língua portuguesa, inglesa e espanhola, compreendendo as seguintes palavras-chaves: educação superior, nutrição em saúde pública, nutricionista, capacitação profissional e formação de recursos humanos.

Optou-se também por incluir dados pertinentes a temática em estudo que se encontram disponíveis na chamada “*grey literature*”, ou literatura cinzenta, em português. Tratam-se de documentos como documentos governamentais, dissertações, teses, anais de conferências, relatórios, relatos de experiência, entre outros.

3 O ENSINO E SERVIÇO NAS GRADUAÇÕES EM SAÚDE NO BRASIL

A seguir serão descritos elementos que caracterizam as ações de ensino em serviço no âmbito da educação superior em território brasileiro.

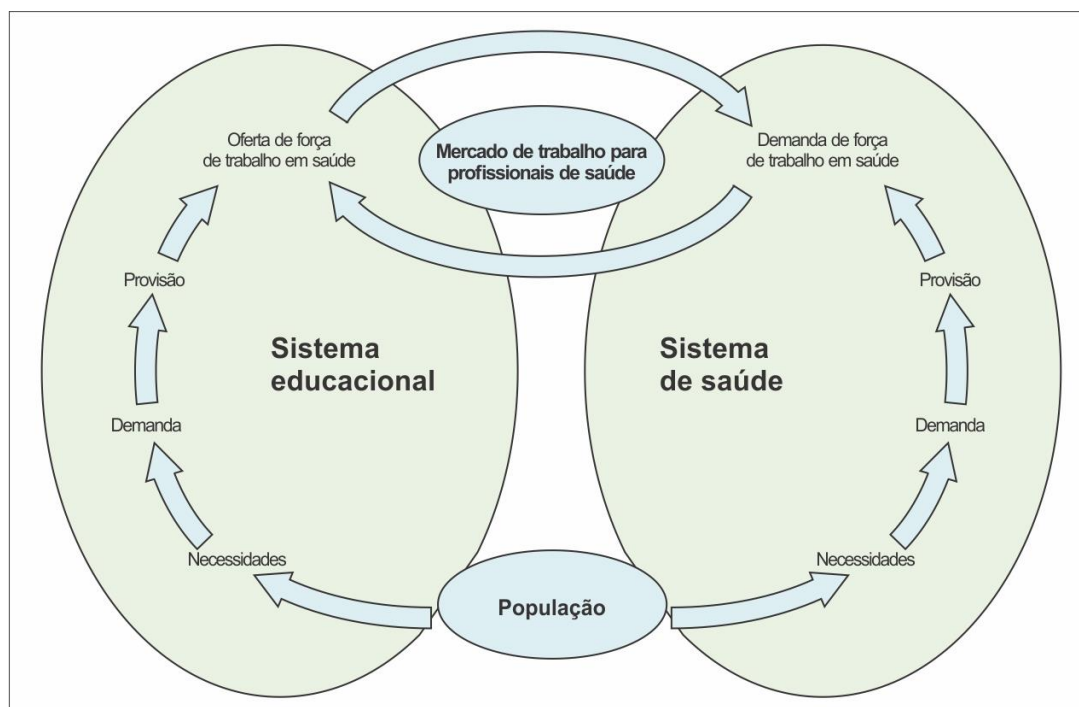
3.1 CONCEITUAÇÃO E IMPLICAÇÕES DO ENSINO E SERVIÇO

A formação em saúde, conforme Cruz et al. (2015), parece organizar-se de tal forma a diferenciar o “sujeito sabedor” do “sujeito que não sabe”, considerando apenas o conhecimento deste “sabedor” verdadeiramente valioso. Esta alusão à relação docente/aluno é largamente propagada nos cursos de graduação em saúde e acaba por estender-se também a produção de cuidado na interação trabalhador de saúde/usuário.

A partir desta perspectiva, é notório que a formação de profissionais de saúde demanda ser repensada. Uma abordagem multiprofissional que objetiva uma maior aproximação e efetiva conexão entre os serviços de saúde e as entidades formadoras parece configurar-se como uma estratégia viável (FRENK et al., 2010). A Figura 1 apresenta uma proposta de estrutura do sistema educacional e de saúde integrados.

A integração ensino-serviço-comunidade poderia ressignificar este processo formativo. Conforme Ceccim e Feuerwerker (2004), a educação em serviço viabiliza a articulação entre gestão, atenção, ensino e controle social em comunidades com demandas reais de saúde. Esta abordagem possibilita o deslocamento do procedimento para o usuário e suas necessidades, implicando diretamente os atores envolvidos no processo de cuidado em saúde. Neste sentido, entende-se que a formação na área da saúde deve se ocupar também de questões como a estrutura e a organização do trabalho, bem como sua potencialidade de transformação social (CECCIM e FEUERWERKER, 2004; FREIRE, 2005).

Figura 1. Estrutura do sistema educacional e de saúde integrados



Fonte: Adaptado de Frenk et al. (2010, p. 9).

No que se refere ao processo formativo em saúde, sustenta-se que conhecimento experienciado na prática possibilita a formação de um profissional reflexivo e crítico, capaz de articular de maneira transversal diferentes saberes. Segundo Abrahão e Merhy (2014), o encontro entre usuários-profissionais-alunos-professores em campos reais de prática dispara uma produção singular de conhecimento. A partir desta perspectiva, é possível deslocar o aluno de um fazer procedimento-centrado que dá ênfase a técnica, e aproximá-lo da aplicação de tecnologias leves úteis no acolhimento de um usuário em situação de vulnerabilidade, por exemplo.

O trabalho, ainda conforme Abrahão e Merhy (2014), pode ser entendido como um exercício pedagógico produzido a partir do encontro com o outro. Portanto, a integração ensino-serviço coloca a formação como um território possível de experimentação de trabalho vivo, sendo o docente um facilitador deste processo de aprendizagem em conjunto com o aluno, o usuário e os trabalhadores da saúde.

3.2 ENSINO E SERVIÇO NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

De acordo com a Lei nº 8.080 (BRASIL, 1990) que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como quanto a organização e o funcionamento dos serviços de saúde no território brasileiro, indica em seu Capítulo I, referente a objetivos e atribuições do SUS, como competência também a formação. Conforme o Artigo 6º, inciso III, a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde igualmente compreende a área de atuação deste sistema. É possível citar ainda o Artigo 27 da Lei acima citada que caracteriza os serviços que compõem o SUS como campo de prática para o ensino e para a pesquisa.

Esta posição enquanto espaço de formação é reforçada através da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde lançada em 2004 (BRASIL, 2004). Portanto, se faz necessário o estabelecimento de um diálogo continuado entre os serviços de saúde e as instituições formadoras visando qualificar o trabalho e a assistência em saúde na esfera pública.

Conforme Neves e Azzi (2013), a urgência em pensar e organizar as ações de fomento à integração ensino-serviço se deve a questões como a maior relevância da prática na formação do profissional contemporâneo, a necessidade de qualificação constante de profissionais de saúde, bem como o próprio aumento na oferta de cursos de graduação. Inclui-se, ainda, o incentivo de órgãos como os Ministérios da Saúde e da Educação através da ampliação de programas de residência uni e multiprofissionais em saúde no âmbito da pós-graduação, assim como programas e projetos na esfera da graduação.

Como exemplo em nosso meio é possível citar a articulação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre com o processo de formação de profissionais de saúde através da proposição da Política Municipal de Integração Ensino e Serviço que proporciona a elaboração de projetos e inserções baseados em demandas reais da rede de saúde do município. A partir desta concepção instituiu-se a Comissão Permanente de Ensino e Serviço formada por membros da

SMS e do Conselho Municipal de Saúde que tem como função analisar as propostas de inserção na rede das instituições de ensino superior (IES) da região (PORTO ALEGRE, 2012).

Em âmbito nacional foram estabelecidas no ano de 2015, através da Portaria Interministerial nº 1.127, as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) destinadas a fortalecer a integração ensino-serviço-comunidade. Esta portaria sinaliza as atribuições dos diferentes atores envolvidos neste processo como as IES, a gestão municipal e estadual, além do controle social. A partir do COAPES, é possível delinear as formas de inserção do aluno e do docente na rede, com a definição de pautas importantes como o papel do profissional preceptor, assim como a relação quantitativa aluno/docente, aluno/preceptor objetivando respeitar as demandas tanto do ensino quanto da assistência (BRASIL, 2015).

3.3 PROGRAMAS QUE POSSIBILITAM A ARTICULAÇÃO ENSINO E SERVIÇO

A seguir serão apresentados projetos e programas que fomentam a integração entre o ensino e o serviço em saúde com o intuito de formar trabalhadores qualificados para atuar no SUS.

3.3.1 PRÓ-SAÚDE

Em meados dos anos 2000 foi lançado o Programa Nacional de Reorientação Profissional em Saúde – Pró-Saúde (BRASIL, 2005). O programa teve como objetivo promover a integração ensino-serviço através da reorientação da formação profissional sustentando uma abordagem interdisciplinar e multiprofissional com atenção integral ao usuário pertencentes a estes cenários de prática no território (VENDRUSCOLO, PRADO e KLEBA, 2016).

Inicialmente foram contemplados cursos vinculados à Estratégia de Saúde da Família (ESF) sendo estes Medicina, Odontologia e Enfermagem (BRASIL, 2005). Ao passar dos anos, novos cursos foram incluídos na segunda fase deste programa como Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social, entre outros, totalizando 14 áreas contempladas (BRASIL, 2007).

O Pró-Saúde enquanto proposta pedagógica apresenta três eixos norteadores que são descritos no Quadro 1.

Quadro 1. Eixos de transformação propostos pelo Pró-Saúde.

<p>Eixo 1 Orientação teórica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Determinantes de saúde e doença; • Pesquisa ajustada à realidade local; • Educação permanente.
<p>Eixo 2 Cenários de Prática</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração ensino-serviço; • Utilização dos diversos níveis de atenção; • Integração dos serviços próprios das Instituições de Ensino Superior com os serviços de saúde.
<p>Eixo 3 Orientação Pedagógica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração básico-clínica; • Análise crítica dos serviços; • Aprendizagem ativa.

Fonte: Extraído de Brasil (2005, p. 17).

3.3.2 PET SAÚDE

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) tem dentre seus objetivos fomentar a articulação ensino-serviço-comunidade na área da saúde. No âmbito da graduação, o incentivo se dá através da distribuição de bolsas de iniciação ao trabalho a estudantes de IES públicas e privadas sem fins lucrativos. Fazem parte do escopo do programa também atividades de tutoria acadêmica

voltada para docentes e de preceptoria destinada a profissionais de saúde do SUS. A participação das IES se dá mediante lançamento de editais e estabelecimento de parcerias com as secretarias de saúde dos municípios (BRASIL, 2008; BRASIL, 2010).

Ao longo da trajetória do PET Saúde diferentes áreas estratégicas para o SUS foram contempladas como a ESF, Vigilância em Saúde e Saúde Mental, bem como as Redes de Atenção à Saúde (Rede Cegonha, Rede de Urgência e Emergência, Rede de Atenção Psicossocial, Ações de Prevenção e Qualificação do Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e Mama e Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis). Em 2015, lança-se o edital intitulado PET-Saúde/GraduaSUS com foco na mudança das diretrizes curriculares de cursos da área da saúde e aprimoramento da integração ensino-serviço-comunidade (BRASIL, 2015).

Iniciativas como o PET Saúde possibilitam reconfigurar o lugar de docência, do ensinar e do próprio trabalho em saúde (CRUZ et al., 2015). Viabilizar vivências e trocas entre os alunos de diferentes cursos da saúde nos locais de prática proporcionam a construção de um saber interdisciplinar.

3.3.3 VER-SUS

O projeto denominado Estágios e Vivências na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS) oportuniza uma experiência de imersão na realidade do SUS a estudantes de cursos de graduação na área da saúde como Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Os cursos de Administração Hospitalar e de Administração de Sistemas e Serviços de Saúde também foram contemplados por aproximação com o campo da Saúde. Este período de vivência acontece durante o recesso de inverno e verão com duração de até 15 dias. Os locais de inserção vão desde campos com

característica puramente assistencial até espaços de planejamento e gestão em saúde (BRASIL, 2004).

Dentre os objetivos deste projeto está a intenção de contribuir para a propagação do conceito ampliado de saúde e para o amadurecimento da prática interdisciplinar (BRASIL, 2004). Conforme Ferla e Matos (2013), o propósito desta experiência não é relacionado ao treinamento de um procedimento ou aprimoramento de uma técnica, trata-se efetivamente de conhecer a realidade dos serviços de saúde e aproximar o aluno do cotidiano do trabalho junto ao SUS.

4 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

De acordo com a Lei nº 8.080 (BRASIL, 1990) é previsto que as ações de alimentação e nutrição sejam articuladas de forma transversal às ações de saúde. Para tanto, é criada, em 1999, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Esta política é considerada uma referência que destaca a alimentação e a nutrição no âmbito do SUS (BRASIL, 1999).

A atualização da PNAN publicada nos anos 2000, com o propósito de atender as modificações no perfil alimentar e nutricional da população brasileira, apresenta dentre suas diretrizes o foco na qualificação da força de trabalho (BRASIL, 2013). Este referencial versa sobre a necessidade de formação de um profissional capaz de atuar como um articulador da agenda de alimentação e nutrição no SUS. Frente a temática da educação permanente a PNAN se posiciona de forma favorável quanto a ressignificação dos espaços de trabalho conforme Brasil (2013, p.45) descrito abaixo:

A educação permanente em saúde revela-se a principal estratégia para qualificar as práticas de cuidado, gestão e participação popular. Deve embasar-se num processo pedagógico que parte do cotidiano do trabalho envolvendo práticas que possam ser definidas por múltiplos fatores (conhecimentos, valores, relações de poder, planejamento e organização do trabalho) e que considerem elementos que façam sentido para os atores envolvidos. As mudanças na gestão e na atenção ganham maior efetividade quando produzidas pela afirmação da autonomia dos sujeitos envolvidos, que contratam entre si responsabilidades compartilhadas nos processos de gerir e de cuidar.

As DCN dos cursos de graduação em Nutrição indicam que a formação do nutricionista deve contemplar o domínio social das necessidades de saúde visando o fortalecimento do SUS (BRASIL, 2001). A PNAN igualmente reforça a importância de uma atuação profissional que esteja em sintonia com as necessidades da sociedade brasileira, assim como com os princípios do SUS (BRASIL, 2013).

Conforme posicionamento da Comissão de Formação Profissional vinculada ao Conselho Federal de Nutricionistas - CFN (CFN, 2015), são identificados entraves no processo de formação de nutricionistas para atuação junto ao SUS. Dentre eles

destaca-se o apelo mercadológico de áreas afins como a de Esportes, bem como a implantação de clínicas próprias por parte das universidades em detrimento da atuação do estudante no âmbito do SUS.

A formação do nutricionista voltado para a saúde pública há muito vem sendo discutida, uma vez que possui um currículo ainda sobrecarregado de disciplinas biológicas, restando pouco espaço para o estudo das políticas sociais. Ademais, evidencia-se a prática clínica individual em detrimento de um fazer coletivo. Esta fragmentação acaba por resultar na formação de profissionais que demonstram dificuldades de trabalhar em equipe e com a demanda real da comunidade no território (BOOG, 2008).

4.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA – SAÚDE COLETIVA

De acordo com a Resolução nº 600 do CFN (2018), que dispõe sobre as áreas de atuação profissional, bem como suas atribuições, destaca-se a Nutrição em Saúde Coletiva como área competente para a assistência e a educação nutricional individual e coletiva. Como subárea deste campo de prática estão a atuação junto a políticas e programas institucionais, a atenção básica em saúde e, por fim, a vigilância em saúde. Como atividade obrigatória do nutricionista atuando na Atenção Básica destaca-se o planejamento e a coordenação das ações de alimentação e nutrição no SUS, assim como a supervisão de estágios para alunos de graduação em Nutrição em caráter complementar.

No contexto da Saúde Coletiva é possível compreender a alimentação como um direito social de todo brasileiro, bem como sua implicação no processo de saúde-doença, podendo ser considerada um determinante de saúde. Para tanto, o profissional nutricionista deve ter, dentre suas competências, a capacidade de articular ações de educação alimentar e nutricional que levem em consideração também o contexto social no qual o usuário está inserido (BRASIL, 2006; BRASIL, 2013).

O processo de cuidado nutricional deve ser direcionado tanto ao indivíduo, quanto a família e a comunidade. Este processo envolve a elaboração do diagnóstico nutricional da população referenciada à equipe de Atenção Básica do território. Considera-se pertinente também reconhecer os espaços de produção e distribuição de alimentos, tal como as características particulares da comunidade no que se refere a cultura alimentar. A partir da situação epidemiológica e nutricional brasileira, são consideradas como prioridade as ações voltadas a prevenção e ao manejo da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis, assim como de carências nutricionais relacionadas principalmente a micronutrientes. Ressalta-se também as intervenções voltadas ao tratamento de necessidade alimentares especiais (BRASIL, 2013; RECINE, 2014).

5 EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NAS GRADUAÇÕES EM NUTRIÇÃO

Neste capítulo serão apresentadas experiências de integração ensino-serviço na comunidade, bem como suas potencialidades enquanto prática pedagógica e desafios encontrados para sua implementação efetiva nos currículos dos cursos de graduação em Nutrição. Ressalta-se a limitada bibliografia disponível referente a área da formação do nutricionista na graduação, bem como atividades de extensão universitária e pesquisa.

Para tanto, devido à escassez de publicações científicas que descrevam experiências de integração ensino-serviço nos cursos de graduação em Nutrição do país, foram utilizadas também informações advindas de relatos de experiência compartilhados em comunidades virtuais e redes sociais constituídas por nutricionistas, docentes e gestores como, por exemplo, a Rede de Nutrição do Sistema Único de Saúde (RedeNutri). Este espaço virtual configura-se como um dispositivo potente para partilhamento, problematização e implementação da PNAN, especialmente no contexto do SUS (REDENUTRI, 2018).

A rede acima mencionada conta com um ambiente intitulado “Casoteca” que visa socializar casos didáticos relacionados a temáticas pertinentes ao fazer do nutricionista na Saúde Pública desde a formação profissional até a atenção nutricional direcionada aos usuários no SUS. Este material é organizado pela equipe do Observatório de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília com colaboração da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde e da Organização Pan-americana da Saúde da Organização Mundial da Saúde.

Após a leitura dos casos didáticos disponíveis neste ambiente virtual de compartilhamento, são apresentadas no Quadro 2 as experiências que mais se aproximaram da temática em estudo, no caso a integração ensino-serviço, em diferentes regiões do país. Como limitação da análise de materiais como os relatos de experiência, ressalta-se a possibilidade de um maior compartilhamento de

experiências exitosas e positivas em detrimento de situações de dificuldades na implementação de ações de integração ensino-serviço nos espaços de saúde e na comunidade.

Quadro 2. Experiências de integração ensino-serviço em cursos de graduação em Nutrição em território brasileiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.
<p>Categoria: universidade privada</p> <p>Carga horária do curso: 3200 horas</p> <p>Cidade: Porto Alegre</p> <p>Programas envolvidos: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-Saúde II) e Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde)</p> <p>Parcerias estabelecidas: Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre</p> <p>Cursos envolvidos: Nutrição (neste relato)</p> <p>Metodologia: vivências e práticas assistidas interdisciplinares na rede de saúde</p> <p>Período de inclusão de alunos nos programas: desde o primeiro semestre</p> <p>Organização das atividades: disciplinas organizadas em módulos teóricos com até 60 alunos e módulos práticos com grupos entre 10 e 30 alunos, conforme a característica e necessidade do campo de prática; estágios supervisionados na rede</p> <p>Característica do egresso: busca por programas de residência multiprofissional e inserção em serviços da rede</p> <p>Desafios identificados: carga horária mínima do curso de graduação praticado em cursos privadas; presença ainda restrita de nutricionistas nos serviços da rede</p>
Universidade de Fortaleza (Unifor)
<p>Categoria: universidade privada</p> <p>Carga horária do curso: 3600 horas</p> <p>Cidade: Fortaleza</p> <p>Programas envolvidos: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-Saúde)</p> <p>Parcerias estabelecidas: Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza e Sistema Municipal de Saúde-Escola</p> <p>Cursos envolvidos: Nutrição, Enfermagem, Educação física, Farmácia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Fonoaudiologia</p> <p>Metodologia: proposta de educação para competência através de módulos de ensino e</p>

currículos integrados na área da Saúde

Período de inclusão de alunos nos programas: desde o primeiro semestre

Organização das atividades: módulos comuns aos cursos com formação de turmas mistas para disciplinas e atividades práticas na comunidade

Característica do egresso: visão ampla e integrada do ser humano e sua relação com o alimento

Desafios identificados: formação dos docentes para aplicação de metodologias ativas em suas atividades em sala de aula e na comunidade

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Categoria: universidade pública

Carga horária do curso: 4176 horas

Cidade: Florianópolis

Programas envolvidos: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-Saúde)

Parcerias estabelecidas: Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis

Cursos envolvidos: Nutrição (neste relato)

Metodologia: práticas ancoradas em temas problematizadores de cada semestre

Período de inclusão de alunos nos programas: ao longo do curso

Organização das atividades: disciplinas com dois meses de conteúdo, duas a três semanas de vivência no território, seguida de retorno a sala de aula para reflexão e encontro de devolução a equipe do serviço

Característica do egresso: maior comprometimento com as necessidades da população

Desafios identificados: mudança de paradigma no processo de ensino-aprendizagem nos cursos de graduação

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Categoria: universidade pública

Carga horária do curso: 4272 horas

Cidade: Santos – campus Baixada Santista

Programas envolvidos: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-Saúde) e Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde)

Parcerias estabelecidas: prefeitura do município de Santos

Cursos envolvidos: Nutrição, Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Educação Física

Metodologia: atividades de ensino e estágios com enfoque na educação interprofissional

Período de inclusão de alunos nos programas: desde o primeiro semestre

<p>Organização das atividades: desenho curricular semelhante entre cursos da Saúde possibilitando módulos com núcleos comuns e a formação de turmas mistas</p> <p>Característica do egresso: profissional capacitado para o trabalho em equipe</p> <p>Desafios identificados: ampliação da carga horária e valorização do trabalho docente</p>
<p>Universidade Federal de Sergipe</p>
<p>Categoria: universidade pública</p> <p>Carga horária do curso: 3510 horas</p> <p>Cidade: Lagarto – campus Universitário Professor Antônio Garcia Filho</p> <p>Programas envolvidos: não há informações</p> <p>Parcerias estabelecidas: não há informações</p> <p>Cursos envolvidos: Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional</p> <p>Metodologia: aprendizagem baseada em problemas e práticas de ensino</p> <p>Período de inclusão de alunos nos programas: desde o primeiro semestre</p> <p>Organização das atividades: aulas convencionais são substituídas por sessões tutoriais com número reduzido de alunos e realização de práticas de ensino na comunidade</p> <p>Característica do egresso: maior capacidade reflexiva e crítica</p> <p>Desafios identificados: formação dos docentes para a proposta pedagógica do curso</p>

Fonte: RedeNutri (2016).

A partir das experiências analisadas percebe-se a existência de um movimento de reforma curricular no país com o objetivo de aproximação a uma perspectiva de formação em Nutrição com caráter integral e atento as necessidades da população atendida no âmbito do SUS indo de encontro as DCN (BRASIL, 2001; NEVES, SOUSA, VASCONCELOS, 2014). Estas modificações envolvem também os conteúdos abordados ao longo do plano curricular do curso que historicamente privilegiam as ciências biológicas quando comparado aos saberes das ciências sociais e políticas (ALVES, MARTINEZ, 2016).

É possível identificar a necessidade de reorganização dos projetos político-pedagógicos dos cursos superiores em Nutrição visando garantir a inserção do aluno nos locais de prática desde o início do curso (NEVES, SOUSA, VASCONCELOS, 2014). No entanto, em contraste as experiências citadas no Quadro 2, uma parcela dos cursos de Nutrição ainda apresenta os cenários de

prática ao aluno somente ao final da graduação, nos estágios obrigatórios (AMORIM, MOREIRA, CARRARO, 2001; BRASIL, 2007; BRASIL, 2016).

A formação deve auxiliar na resposta as demandas reais de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira (RECINE et al., 2012). Neste sentido, as estratégias capazes de privilegiar a integração ensino-serviço estão sendo adotadas tanto por instituições de ensino superior públicas quanto privadas, mesmo que as universidades privadas esbarrem na reduzida carga horária dos cursos em comparação as instituições públicas por questões relacionada a competitividade de mercado entre as IES. A carga horária mínima para os cursos de Nutrição é de 3200 horas estabelecida pela Resolução nº 4 publicada em 2009 pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2009a). Em contrapartida, o CFN sustenta a necessidade de um currículo que contemple ao menos 4000 horas para formação do nutricionista (CFN, 2009).

No que se refere ao processo de formação profissional, a fragmentação do conhecimento, bem como do próprio cuidado, faz com que a forma como se presta serviço em saúde se distancie da lógica da clínica ampliada e de um fazer interdisciplinar. Como estratégia para mudança deste cenário, a educação interprofissional parece enriquecer o processo formativo do profissional de saúde (PEDUZZI, 2013). A partir dos casos analisados é possível perceber o intuito de aproximar os diferentes cursos que compõem a área da saúde como Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, entre outros, através de currículos integrados e vivências interdisciplinares na rede. O envolvimento destes cursos com programas como o Pró-Saúde e o PET Saúde e a aproximação com as Secretarias de Saúde dos municípios, bem como com as políticas públicas, disparam este processo de compartilhamento entre os núcleos para atuação no campo da Saúde Pública (LOURENÇO et al., 2017).

Os desafios encontrados na implementação destas metodologias de ensino capazes de integrar teoria e prática conforme os relatos acima descritos, como vivências na comunidade, práticas de ensino e estágios supervisionados perpassam a própria formação e a implicação do docente enquanto facilitador do processo de ensino-aprendizagem com o aluno ocupando um papel ativo nesta relação (FREIRE,

2003; FREIRE, 2005). Para tanto, a notável sobrecarga de trabalho na rotina docente merece atenção para que este docente tenha condições plenas para buscar por espaços de capacitação para atuação como supervisor em atividades de integração ensino-serviço-comunidade (NEVES, SOUSA, VASCONCELOS, 2014; LUZ et al., 2015).

A partir deste olhar para a formação do nutricionista é possível sinalizar a necessidade de fomento às modificações na estrutura curricular, privilegiando currículos integrados na área de Saúde capazes de articular o campo teórico com a prática, a partir de ações de integração ensino-serviço-comunidade. Em recente revisão sistemática referente a formação do nutricionista em Saúde Pública, foi identificada como pertinente à formação profissional a realização de atividades práticas, possibilitando a efetiva relação entre teoria e prática (ALMEIDA et al., 2018).

A utilização da metodologia ativa proporciona a integração entre os alunos, os serviços de saúde e a comunidade, a partir da percepção de uma realidade comum com a proposição de intervenções coerentes às necessidades dos usuários. Destacam-se como instrumentos didáticos úteis para integração ensino-serviço o ensino baseado na investigação e a aprendizagem baseada em problemas que rompem com a lógica do ensino como a simples passagem de informações e promovem a autonomia do aluno e a construção de um trabalho compartilhado (FEURWERKER, SENA, 2002; CYRINO, TORALLES-PEREIRA, 2004; MITRE et al., 2008).

A partir desta perspectiva de ensino e formação será possível conduzir ao mercado de trabalho um profissional capacitado para explorar e intervir nas diferentes demandas, desde a defesa da segurança alimentar e nutricional até o fortalecimento de ações em alimentação e nutrição, além do cuidado nutricional ao usuário, a família e a comunidade no contexto da atenção básica à saúde (BRASIL, 2009b; SOARES, AGUIAR, 2010).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta revisão da literatura foi possível identificar a carência de publicações científicas referente aos cursos de graduação em Nutrição e suas vivências de integração ensino-serviço-comunidade, bem como quanto a formação do nutricionista para atuação nos diferentes espaços de trabalho no âmbito do SUS.

Ações de integração ensino-serviço parecem aproximar o saber teórico do trabalho em saúde, sendo capazes de qualificar o processo de formação do profissional nutricionista para atuação junto ao SUS compondo as equipes multiprofissionais.

É necessário que sejam delineadas estratégias de enfrentamento para estas demandas do campo da formação e do trabalho em saúde para que seja possível dispor de futuros profissionais nutricionistas atentos as reais necessidades dos usuários em seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, AL; MERHY, EE. Healthcare training and micropolitics: concept tools in teaching practices. *Interface*, Botucatu, v.18, n. 49, p. 313-24, 2014.
- ALBUQUERQUE, VS. A integração ensino-serviço no contexto dos processos de mudança na formação superior dos profissionais da saúde. *Rev. bras. educ. med.*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 356-362, 2008.
- ALMEIDA, GM; OLIVEIRA, KHD; MONTEIRO, JS; MEDEIROS, MAT; RECINE, EGG. Educational training of nutritionists in Public Health Nutrition: A systematic review. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 31, n.1, p. 97-117, 2018.
- ALVES, CGL; MARTINEZ, MR. Gaps between nutritionists' training and their skills profile for working within Brazilian National Health System (SUS). *Interface*, Botucatu, v. 20, n. 56, p.159-69, 2016.
- AMORIN, STSP; MOREIRA, H; CARRARO, TE. A formação de pediatras e nutricionistas: a dimensão humana. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 111-18, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001**. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em nutrição. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009a**. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **ENADE: relatório síntese 2007, área de Nutrição**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/relatorios>>. Acesso em: 8 jul. 2018.
- _____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **ENADE: relatório síntese 2016, área de Nutrição**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/relatorios>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2009b.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1832.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 2.101, de 03 de novembro de 2005**. Institui o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde – para os cursos de graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/pri3019_26_11_2007.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 3.019 de 26 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró-Saúde - para os cursos de graduação da área da saúde. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/pri3019_26_11_2007.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial / Ministério da Saúde, Ministério da Educação**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. **Portaria interministerial nº 1.127, de 04 de agosto de 2015**. Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <<http://portalquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/outubro/23/COAPES-PORTARIA-INTERMINISTERIAL-N1.127%20-DE-04%20DE-AGOSTO-DE-2015.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 1.802, de 26 de agosto de 2008**. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri1802_26_08_2008.html>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. **Portaria interministerial nº 421, de 3 de março de 2010**. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) e dá outras providências. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/pri0421_03_03_2010.html>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Edital nº 13, de 28 de setembro de 2015. Seleção para o programa de educação pelo trabalho para a saúde Pet-saúde/GraduaSus - 2016/2017. **Diário Oficial União**. Poder Executivo, Brasília, DF, nº 186, 29 set. 2015. Seção 3.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **VER-SUS Brasil**: cadernos de textos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CECCIM, RB; FEUERWERKER, LCM. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 41-65, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Formação profissional do nutricionista para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Publicado em 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/index.php/formacao-profissional-do-nutricionista-para-atuacao-no-sistema-unico-de-saude-sus/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. Workshop de Formação Profissional. **Carga horária mínima para graduação em Nutrição**, 2009. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/PARECER-CFN-CARGA-HORARIA-WORKSHOP-ENSINO.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

CRUZ, KT; MERHY, EE; SANTOS, MFL; GOMES, MPC. PET-Health: micro-policy, education, and healthwork. *Interface*, Botucatu, v.19, supl. 1, p. 721-30, 2015.

CYRINO, EG; TORALLES-PEREIRA, ML. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem

baseada em problemas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 780-788, 2004.

FERLA, AA; MATOS, IB. Afinal, o que podem as vivências e estágios na realidade do sistema único de saúde (VER-SUS) para a formação na saúde? In: FERLA, AA; ROCHA, CMF; SANTOS, LM (org.). **Integração ensino-serviço**: caminhos possíveis? Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013.

FERREIRA, JBB; FORSTER, AC; SANTOS, JS. Reconfigurando a interação entre ensino, serviço e comunidade. *Rev. Bras. Educ. Med.*, Brasília, v. 36, n. 1, p.127-133, 2012.

FEUERWERKER, LCM. **Além do discurso de mudança na educação médica**: processos e resultados. Editora: Hucitec. Editores: Rede Unida e Associação Brasileira de Educação Médica, 2002.

FEURWERKER LCM, SENA RR. A contribuição ao movimento de mudança na formação profissional em saúde: uma avaliação das experiências UNI. *Interface*, Botucatu, v. 6, n.10, p. 37-50, 2002.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28a. ed. São Paulo: Paz e Terra; 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005.

FRENK, J; LINCOLN, C; ZULFIQAR, A; BHUTTA, JC; NIGEL, C; TIMOTHY, E; HARVEY, F et al. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. *The Lancet*, v. 376, n. 9756, p. 1923-1958, 2010.

LOURENÇO, AEP; CORDEIRO, AA; CAPELLI, JCS; OLIVEIRA, RBA; PONTES, PV; ALMEIDA, MFL; BARROS, LB. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) e a formação do nutricionista num campus de interiorização. *Demetra*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 41-58, 2017.

LUZ, MMA; ROMERO, ABR; BRITO, AKS; Batista, LPR; Nogueira, LT; Santos, MM et al. Professional nutritionists education from the perception of the teacher. *Interface*, Botucatu, v.19, n. 54, p. 589-601, 2015.

MITRE, SM; SIQUEIRA-BATISTA, R; GIRARDI-DE-MENDONÇA, JM; MORAIS-PINTO, NM; MEIRELLES, CAB; PINTO-PORTO, C; MOREIRA, T; HOFFMANN, LMA. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, sup. 2, p. 2133-2144, 2008.

NEVES, J; SOUSA, AA; VASCONCELOS, FAG. Formação em Nutrição em Saúde Coletiva na Universidade Federal de Santa Catarina: reflexões sobre o processo de ensino para fortalecer o Sistema Único de Saúde. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 27, n. 6, p. 761-773, nov./dez., 2014.

NEVES, JMD; AZZI, LMW. A integração ensino e serviço como uma política estratégica. In: FERLA, AA; ROCHA, CMF; SANTOS, LM (org.). **Integração ensino-serviço: caminhos possíveis?** Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013.

PEDUZZI, M; NORMAN, IJ; GERMANI, ACCG; SILVA, JAM; SOUZA, GC. Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. *Rev. Esc. Enferm. USP*, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 977-83, 2013.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Saúde. **Resolução nº 1, de 29 de agosto de 2012.** Regulamenta os fluxos e procedimentos para ações de integração ensino e serviço, na área da pesquisa, da extensão e do ensino, nos níveis técnicos, de graduação e pós-graduação na Secretaria Municipal de Saúde.

RECINE, E. **O papel do nutricionista na atenção primária à saúde** / Elisabetta Recine, Marília Leão, Maria de Fátima Carvalho; [organização Conselho Federal de Nutricionistas]. - 3.ed. - Brasília, DF: Conselho Federal de Nutricionistas, 2015.

RECINE, E; GOMES, RCF; FAGUNDES, AA; PINHEIRO, ARO; TEIXEIRA, BA; SOUSA, JS; TORAL, N; MONTEIRO, RA. A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 21-33, jan./fev., 2012.

REDE DE NUTRIÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (RedeNutri). **Quem somos.** [online]. Disponível em: <<http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-index.php?page=sobre>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **A integração ensino-serviço.** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). [online] Disponível em: <<http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-index.php?page=integra%C3%A7%C3%A3o>>. 2016. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **O exercício da interdisciplinaridade no currículo integrado.** Universidade de Fortaleza (Unifor). [online]. Disponível em: <http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-index.php?page=casoteca_interdisciplinaridade>. 2016. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **A educação interprofissional para o desenvolvimento de competências para o trabalho em equipe e para a integralidade do cuidado.** Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Baixada Santista. [online] Disponível em: <http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-index.php?page=casoteca_educ%C3%A7%C3%A3ointerprofissional>. 2016. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Práticas problematizadoras e ativas de ensino na comunidade.** Universidade Federal de Sergipe - Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho. [online] Disponível em: <http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-index.php?page=casoteca_pr%C3%A1ticasproblematizadoras>. 2016. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Os serviços de saúde como espaços de ensino-aprendizagem.**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). [online] Disponível em: <<http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-index.php?page=servi%C3%A7osdesa%C3%BAde>>. 2016. Acesso em: 20 jun. 2018.

SOARES, NT; AGUIAR, AC. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 23, n. 5, p. 895-905, set./out., 2010.

VENDRUSCOLO, C; PRADO, ML; KLEBA, ME. Integração Ensino-Serviço no âmbito do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 9, p. 2949-2960, 2016.